



ESCOLARIDADE, INSERÇÃO PROFISSIONAL E IMAGINÁRIO SOCIAL

Maria Isabel Nogueira Tuppy e Nanci Cestaro Dias de Arruda

RESUMO – *Escolaridade, inserção profissional e imaginário social.* O trabalho analisa – a partir de uma pesquisa de campo sobre a relação entre escolaridade e inserção profissional – a questão do desemprego e da construção de um imaginário social, que tem como base a concepção da necessidade da educação formal como solução para a conquista e manutenção do emprego, num mercado de trabalho altamente competitivo.

Palavras-chave: *escolaridade e inserção profissional, formação para o trabalho, imaginário social.*

ABSTRACT – *Scholling, jobs and social image.* This study, from the description of a camp research results which objective was to verify the relation between schooling and enter into job market, analyses the unemployment and the social image, which has the base as a conception of formal education necessary was a solution to conquer and maintainness of the job, in the job market highly competitive.

Keywords: *professional preparation, schooling, social image.*

A globalização¹ traz consigo avanços contínuos nas formas de gestão da produção e do trabalho, gerando a busca por maior produtividade com custos decrescentes. O resultado desse processo compreende uma desenfreada concorrência entre empresas, de tal sorte que tem impingido profundas alterações ao mercado de trabalho. Uma das principais características oriunda desse novo modelo, que por ora nos interessa, é a diminuição efetiva de postos de trabalho, que gera o chamado desemprego estrutural.

Remontando-se às origens do desemprego, vê-se, de acordo com Gaudié (1999), que essa categoria é fruto de uma construção social, estatística e jurídica que nasce na Europa, no fim do século XIX e início do XX. Com efeito, o desemprego é uma realidade muito antiga, que teria adquirido dimensões importantes com a industrialização e, hoje, se manifesta acentuadamente em razão de inovações tecnológicas, de mecanismos de racionalização corporativa, do solapamento dos sindicatos, da rápida expansão do comércio internacional, da alteração do papel do Estado na economia através de políticas liberalizantes. Observa-se, assim, que o mundo do trabalho passou a ser palco de profunda repercussão desse novo cenário em curso, no qual o pleno emprego já não é possível, nem mesmo em termos de perspectiva futura, caso não se alterem as diretrizes do regime de acumulação.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, um em cada três trabalhadores, no mundo, encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência, que não deixa de ser uma condição disfarçada de desemprego. Portugal e Garcia enfatizam que “a identificação de uma tendência de elevação estrutural do desemprego em âmbito mundial tem ocupado a agenda política de organizações internacionais e constituiu-se um dos maiores desafios que a política econômica tem de enfrentar” (1997, p. 50). A busca de emprego tem sido um processo cada vez mais prolongado e difícil, vitimando principalmente grupos populacionais específicos (mulheres, jovens, velhos e alguns segmentos étnicos).

As pessoas em geral têm uma idéia intuitiva do que é o desemprego, de quem são os desempregados. Contudo, o conceito científico está longe de ser inequívoco, já que de fato existem vários instrumentos de medida. De acordo com Sanchis (1997, p. 41): “não existe uma definição precisa de desemprego; as definições dadas a respeito variam segundo a forma como se realizam as estatísticas”. Encontra-se na literatura o conceito de *desemprego registrado ou aberto*, caracterizando o conjunto de pessoas que não têm um emprego e que assim o manifestam, inscrevendo-se para ocupar algum posto de trabalho. Este grupo corresponde ao de pessoas que procuram ativamente uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente. Ele indica, ainda, o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes².

Assim, o segmento da população ativa que supera as necessidades e exigências do processo de acumulação de capital conforma um conjunto de mão-

de-obra excedente em cada região. A parte mais visível desse excedente é identificada pelo *desemprego aberto*, enquanto a parte menos visível é representada por formas primitivas de organização da produção e de sobrevivência da população ativa, que se agregam na classificação do *desemprego estimado ou oculto* (Pochmann, 2001, p. 78), cuja definição é mais complexa e não pode ser discutida sob o mesmo conceito de trabalho produtivo e população ativa como aquela parte da população total que está realizando ou quer realizar uma atividade produtiva. O *desemprego estimado* atinge os subempregados e outros indivíduos que encontram formas alternativas de sobrevivência, respondendo pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolve os trabalhadores que fazem “bicos” e também procuram por trabalho, assim como aqueles que deixam de procurar uma colocação, pois, em virtude de um mercado de trabalho extremamente desfavorável, permanecem em condição disfarçada de emprego (subemprego).

Assim, a tentativa de medir o excedente de mão-de-obra não se constitui tarefa simples. Desde a década de 1920 a OIT vem esforçando-se para definir uma metodologia homogênea como parâmetro mundial, mesmo assim, existem diferentes formas de medição do excedente de mão-de-obra: levantamentos cadastrais de trabalhadores inscritos nas agências de emprego; usuários de benefícios (seguro desemprego); cadastros patronais; pesquisas sindicais; levantamentos oficiais produzidos por intermédio de investigações domiciliares (censos e amostras), entre outras.

No Brasil, por exemplo, há controversas taxas de desemprego, visto em patamares diferenciados, resultantes do fato de as pesquisas domiciliares mensais utilizarem conceitos distintos para expressar os traços característicos de forma de organização e funcionamento de nosso mercado de trabalho. Dificilmente as pesquisas conseguem dar expressão aos comportamentos típicos desse mercado pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra, e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas, pelo trabalho sem registro e pelo trabalho autônomo, que constitui parte expressiva do conjunto de ocupados. Como consequência, essa mão-de-obra não é suficientemente captada, se adotadas as noções usuais de emprego. Estas dificuldades não devem, contudo, impedir o exercício estatístico e analítico a respeito da situação do desemprego no mundo.

Há um entendimento pacífico de que população economicamente ativa engloba três grandes grupos: os ativos com um emprego, os ativos desempregados e à margem do mercado de trabalho e, ainda, os inativos – estes últimos também chamados de “desanimados” (Sanchis, 1997, p. 50), uma vez que a condição do desempregado requer a procura ativa de emprego, requisito que certamente os desanimados não cumprem.

Além dessas, existe ainda uma camada populacional de difícil categorização, composta por trabalhadores secundários por antonomásia, como donas de casa.

Por isso, alega Sanchis (1997, p. 52): “emprego, desemprego e inatividade são conceitos particularmente ambíguos quando a elas se referem”, ou ainda como afirma Cain (*apud* Sanchis, p. 54): “os melhores substitutos do mercado de trabalho entre os trabalhadores secundários são as tarefas domésticas para as mulheres, a escolarização para os jovens e a aposentadoria para os idosos”. De acordo com Barros *et alli* (2001, p. 3), “no Brasil, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu cerca de 13 pontos percentuais entre 1950 e 1980, chegando nos anos 90 a beirar os 40%, e tudo indica que continuará crescendo”. Mas, como afirma Melo:

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos, o emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividades e agrupado em pequeno número de profissões, embora numa proporção menor sendo essa segmentação a base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho (2000, p. 1).

O desemprego juvenil é outro aspecto muito característico da crise atual, como apontam os dados oficiais da OIT – que registram 44% dos jovens no mundo desempregados e dispostos a trabalhar e que no próximo decênio não menos que 500 milhões de jovens se incorporarão à força de trabalho mundial. A taxa de desemprego dos jovens é entre duas a três vezes superior à dos adultos. Muitos desses jovens estão no setor informal da economia, que registra até 93% de todos os postos de trabalho disponíveis para eles, sendo que os salários nesse setor são cerca de 44% mais baixos do que os da economia formal, e a proteção e os benefícios trabalhistas inexistem. Associados a estes, dados do IBGE registram que existem 3,4 milhões de jovens sem emprego no Brasil. Eles representam 47% do universo dos desempregados.

Tipicamente as mulheres jovens têm as piores perspectivas de emprego, segundo Aro (2001, p. 103): “as taxas de desemprego juvenil feminino excedem as masculinas em mais de 20%, no Brasil, enquanto é registrada uma taxa de 12% para os jovens do sexo masculino, constata-se que para as mulheres jovens chega a 18%” (2001, p. 103, nossa tradução).

Neste cenário crescem as condições de vulnerabilidade, ampliando a distância que separa os jovens principiantes no mercado de trabalho e os trabalhadores com experiência. Assim, muitos jovens, quando diante de qualquer oportunidade, admitem facilmente a condição de subemprego, aceitando péssimos salários e pouca ou nenhuma proteção ou seguridade social, e têm poucas perspectivas profissionais. Essa situação tende, ao menos no imaginário social, a refletir-se na qualificação do trabalhador, expondo-o a desafios relativos a novas exigências de formação.

O mais intrigante, recorrendo a Aro (2000, p. 103), é que: “Talvez essa seja a geração melhor educada e mais capacitada de todos os tempos” (2000, p. 103,

nossa tradução) e nem por isso é a mais ocupada ou empregada, apesar de construir-se socialmente a concepção de que quanto maior a escolarização do indivíduo, maiores serão suas chances de inserção profissional.

Essa idéia faz, em certo sentido, um paralelo com os pressupostos da Teoria do Capital Humano, que difundem a correlação entre o crescimento econômico e os níveis educacionais de uma determinada sociedade. Se tomarmos como referência os discursos que se manifestam em vários segmentos sociais, em particular aqueles que afloram nos meios de comunicação de massa, em prol da educação, entendida como fator de desenvolvimento econômico, ver-se-á facilmente que eles estão imbuídos do mesmo espírito que norteou a emergência da Teoria do Capital Humano, ou seja, aceitam a correlação entre educação e produtividade. Essa é, sem dúvida, a concepção que sistematicamente tem permeado os discursos de lideranças políticas, empresariais e governamentais. Em rápida análise, pode-se verificar tal concepção no que prescreve o Banco Mundial:

Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um conceito rápido da produção (Banco Mundial, 1995, p. 26).

A educação é vista assim como um passaporte para o ingresso e manutenção no mercado de trabalho, para elevação da renda nacional e individual ou familiar, enfim para a superação dos velhos e novos problemas sociais. De acordo com Tanguy:

Há uma crença que converge para mostrar que, dentro de uma faixa etária, os mais expostos ao desemprego são os menos diplomados, colocando o diploma como um fator de proteção contra o desemprego. Sendo que essa relação aparece como uma ideologia conservadora de nosso tempo (1999, p. 51).

E a autora continua afirmando:

O diploma, em si, está longe de ser uma proteção contra o desemprego, uma vez que um aumento geral nos níveis de formação não exclui um aumento geral das taxas de desemprego. Ele é sim uma condição necessária, porém não suficiente, para se ter acesso ao emprego e ele não protege do desemprego, senão de modo relativo. (Tanguy, 1999, p. 51).

Se a educação garantisse o emprego, não se teriam taxas tão altas de desemprego, uma vez que jamais se viu índices de analfabetismo tão reduzidos, mesmo entre camadas pobres da população. Diaz nos ajuda a interpretar tal distorção, quando analisa a manifestação do imaginário social. O imaginário social, dife-

rente da imaginação como uma faculdade psicológica individual, é “o efeito de uma complexa rede de relações entre discursos e práticas sociais”, (1996, p.13) que toma corpo próprio e se manifesta de forma concreta como um processo sem sujeito, embora dependa das individualidades para se manifestar. Ele se instala nas distintas instituições e atua em todas as instâncias sociais. Assim, “as condutas [...] as realizam as pessoas, mas aspirando a certos ideais ou modelos que se consideram dignos de ser seguidos. Esses paradigmas são as idéias que regulam a educação, as aspirações, as expectativas e os valores éticos, estéticos, econômicos, políticos e religiosos de uma comunidade. Mas todas essas categorias não saíram do nada, mas foram gestadas em função do imaginário coletivo” (p. 14), e sua materialidade consiste nos efeitos que gera sobre a própria realidade. Sob tal enfoque, surge a necessidade de se repensar as relações entre trabalho e educação.

Com a finalidade de constatar na prática como se tem dado os reais impactos desse novo modelo de acumulação na inserção ocupacional e buscando traçar qual seria o perfil desse trabalhador contextualizado no início de século XXI, foi desenvolvido um estudo utilizando-se dados coletados na cidade de Rio Claro³.

O trabalho de campo foi organizado em duas fases. A primeira procurou caracterizar os cadastrados no Posto de Apoio ao Trabalhador (PAT) e os indivíduos que realmente foram encaminhados para um emprego, procurando relacionar os níveis de escolaridade da população inscrita e da aprovada, de acordo com as diferentes vagas de trabalho ofertadas pelo posto. Na segunda fase, além de alguns dados referentes às relações estabelecidas no mercado de trabalho, buscamos levantar o que pensam trabalhadores e empregadores acerca da inserção ocupacional.

Na primeira fase, de um universo de 15.711 candidatos inscritos, 834 empregadores e 1.394⁴ ofertas de emprego, medidas de julho de 1998 a junho de 2002 no PAT, foi selecionada uma amostra intencional de 1.481 trabalhadores, candidatos a carreiras que não apresentavam requisito de escolaridade específico ou cuja exigência limitava-se aos níveis mais baixos de escolaridade e/ou alfabetização. Tal critério se deu a partir da necessidade de análise do desempenho obtido pelos candidatos, com diversos níveis de escolaridade, a um mesmo posto de trabalho.

Com base no cadastro, foi realizado um cotejo entre a escolaridade dos inscritos e dos efetivamente inseridos no mercado de trabalho. Pôde-se observar que o índice de inserção profissional dos candidatos com Ensino Fundamental incompleto e completo foi proporcionalmente superior ao dos mais escolarizados:

Escolaridade	% de inseridos
Ensino Fundamental incompleto	34,23
Ensino Fundamental completo	36,82
Ensino Médio incompleto	0,45
Ensino Médio completo	25,01
Ensino Superior incompleto	0,23
Ensino Superior completo	2,05

Tais resultados demonstram que o pressuposto aceito, sem maiores restrições, de que níveis superiores de escolaridade poderiam significar uma relação direta com a inserção profissional, deve ser reavaliado, uma vez que os dados coletados comprovam que não há, aparentemente, relação direta entre tais variáveis, considerando-se que os candidatos com níveis mais baixos de escolaridade obtiveram maior êxito na conquista do emprego.

Há que se considerar, logicamente, que o estudo delimitou carreiras cujos requisitos de escolaridade eram mínimos⁵ – o que nos levou ao cuidado de avaliar os índices acima expostos em razão das ocupações efetivamente oferecidas. Assim, quando dizemos que o índice de inserção dos menos escolarizados foi proporcionalmente superior, referimo-nos à análise de categoria por categoria (escolaridade) de inscritos, relacionando-os às vagas preenchidas (tipo de vaga). Mas, conquanto existam outras variáveis a serem analisadas, devemos considerar que o PAT nos oferece a visão de um segmento populacional que caracteriza a maior parte dos trabalhadores em busca de emprego.

Procurou-se também verificar o impacto dos fatores gênero e idade na inserção profissional e avaliou-se que tais fatores, no caso do estudo em questão, tiveram impactos inexpressivos, considerando que houve uma relação de proporcionalidade entre os inscritos e os efetivamente contratados. Embora fosse nossa intenção, não conseguimos avaliar o impacto da questão étnica em virtude de o cadastro do PAT não registrar este quesito dos indivíduos⁶.

Na análise dos requisitos considerados essenciais pelos empregadores, registrados quando disponibilizam a vaga, pôde-se observar que ao agruparmos categorias afins, a preferência recai sobre candidatos que tenham algum tipo de domínio acerca da ocupação pretendida.

Na segunda fase do trabalho foram feitas: a) entrevistas com candidatos a empregos do PAT; b) entrevistas com empregados (tanto da indústria, como do comércio e do setor de serviços); c) entrevistas com representantes de empresas (incluindo a maior empresa de colocação de mão-de-obra da cidade).

Os dados mais significativos, levantados junto aos desempregados (27 homens e 23 mulheres), foram os seguintes:

- a) cerca de 30% dos entrevistados, apesar de possuírem experiência em alguma área de atuação, estavam dispostos a aceitar qualquer oferta de emprego, mesmo que fora de sua antiga área de atuação;
- b) a maioria dos homens, quando desempregados, procuram exercer alguma atividade remunerada, os chamados subempregos ou “bicos”, o que é menos freqüente entre as mulheres, reforçando a tese de CAIN, já citada;
- c) a grande maioria dos homens que procura uma atividade eventual é jovem, vindo a confirmar a difícil inserção desse segmento no mercado de trabalho formal;
- d) o tempo para reinserção profissional das mulheres é praticamente o dobro do observado para os homens;
- e) mais da metade dos entrevistados havia participado de cursos de qualificação ou atualização profissional, enquanto empregados. Quando na situação de desemprego, a busca por tais cursos tem uma redução brutal em função da falta de recursos para investimento em formação;
- f) 72% dos candidatos admitiram aceitar qualquer oferta de emprego, mesmo que isso implicasse em precarização das condições de trabalho e/ou ausência de benefícios;
- g) cerca de 30% das respostas referentes às causas do desemprego situaram-se em motivos relacionados à baixa escolaridade e/ou qualificação, no entanto, quando questionados sobre o requisito para a conquista no sistema formal de emprego, em torno de 40% das repostas concentraram-se em categorias relativas à experiência anterior;
- h) pessoas com maior idade e/ou com escolaridade mais baixa tendem a considerar-se despreparados para o mercado de trabalho, mesmo possuindo experiência profissional;
- i) somente 27% dos entrevistados apresentaram expectativa de formalização do emprego.

Os dados mais significativos, levantados junto aos empregados (25 homens e 25 mulheres), foram os seguintes:

- a) a maioria dos trabalhadores estudantes de curso superior alegou que o estudo era uma exigência dos empregadores, mas vale ressaltar que os salários percebidos pelos mesmos estão concentrados na faixa de dois a três salários mínimos, o que denota uma condição similar à de qualquer outro trabalhador com níveis mais baixos de escolaridade;
- b) o tempo de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho foi significativamente maior para mulheres;
- c) 36% dos entrevistados exerciam a mesma ocupação há mais de cinco anos, denotando certa estabilidade funcional;
- d) 76% dos entrevistados não possuíam experiência profissional na área de atuação, por ocasião da contratação, contrariando a concepção de que a

- experiência seria um pré-requisito para a chamada “empregabilidade”;
- e) para 35% dos entrevistados, a conquista do emprego foi garantida pelo seu nível de escolaridade;
 - f) 76% dos indivíduos assumiram estar dispostos a aceitar condições inferiores às que possuem no atual emprego, caso venham a ficar desempregados;
- o processo de seleção de 46% dos trabalhadores consistiu de análise de currículo ou uma simples entrevista;
- g) 16% dos trabalhadores foram recomendados ou indicados, de forma que não passaram por qualquer processo de seleção.

Em relação aos empregadores (23 empresas), obtivemos os seguintes dados:

- a) 44% dos empregadores admitiram buscar candidatos que já possuíssem experiência na função ou na área de atuação;
- b) apenas 14% dos empregadores registraram o quesito escolaridade do candidato como importante para a contratação;
- c) cerca de 32% exigiam “boa aparência”⁷, dando-se tal concentração nos setores de serviços e comércio;
- d) “competências”⁸ pessoais e profissionais foram lembradas por parte significativa dos trabalhadores⁹, e insistentemente reforçadas pelo representante da empresa de colocação de mão-de-obra;
- e) 91% das vagas não foram divulgadas na imprensa escrita ou falada e nem mesmo em agências de emprego. Mesmo assim, 32% das vagas foram disputadas por mais de 20 candidatos cada;
- f) o processo de seleção para contratação de trabalhadores é praticamente informal se feito diretamente pelos empregadores. Quando tal serviço é terceirizado, existem maiores cuidados para a análise dos candidatos, processo esse que não se esgota em uma ou duas etapas, fazendo parte dele determinadas dinâmicas de grupo que analisam o desempenho do candidato e procuram prever o seu sucesso e adequação à vaga. Neste caso, os requisitos normalmente exigidos dos candidatos concentram-se primordialmente nas “competências”, na experiência e na qualificação, não aparecendo de forma tão vigorosa a questão da escolaridade.

Considerações finais

Como foi visto, a globalização como produto da evolução do sistema capitalista vem impingindo muitas e novas modificações ao mercado de trabalho. Sem dúvida, ele se torna proporcionalmente mais competitivo e, nesse sentido, tende-se a interpretar que, em vista da grande oferta de trabalhadores frente a uma demanda reduzida de postos de trabalho, os mais qualificados, os que têm

maior escolaridade são aqueles com as maiores chances de inserção profissional na economia formal.

Não obstante, devemos considerar que a divisão internacional do trabalho em vigor faz com que os frutos da globalização se manifestem no espaço mundial de diferentes maneiras, em diferentes proporções, em conformidade à oferta e concentração de capital disponível nos territórios. Dessas diferenciações, deriva a capacidade de mobilização das empresas, sempre atraída pela possibilidade de maximização dos seus lucros. Os territórios privilegiados serão sempre os que oferecem as melhores vantagens às empresas.

Em se tratando de atividades de transformação, de modo geral, a relação de investimentos em setores como pesquisa e tecnologia, fica restrita aos países desenvolvidos, onde as grandes corporações centralizam boa parte do poder de criação e postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, responsáveis pelas funções de comando e planejamento. Em contrapartida, parte do processo produtivo desloca-se rumo aos países pobres, e aí as atividades geralmente estão vinculadas à execução e à produção, que demandam ocupações mais simples e rotineiras. Esse processo é facilitado pelas novas tecnologias de produção e gerenciamento, que integram o mundo em redes.

Por outro lado, o setor de comércio e serviços estará sempre dependente das condições econômicas regionais de forma que um mercado insipiente terá dificuldade em manter um quadro de trabalhadores altamente especializado.

Nesse cenário de competitividade, de busca pela maximização dos lucros, que integra mercados espacialmente distantes, nos leva a tecer inferências relativas ao “capital humano”, que constitui elemento essencial na atualidade, destacado como o diferencial da “mercadoria força-de-trabalho”. Ou seja: de uma maneira sujeita a críticas, os trabalhadores são dispostos no mercado de trabalho como os demais produtos à venda, e imagina-se que só terão comprador aqueles indivíduos com maior número de qualidades – um trabalhador diferenciado, mais refinado, que se compromete com a empresa, fazendo desta sua principal causa de vida. Estabelece-se assim uma espécie de acordo em que os trabalhadores têm de assumir, como se fossem seus os propósitos da empresa. Nesse ideário, são valorizados os discursos que fazem referências aos níveis de qualificação profissional, escolaridade e um amplo quadro de competências para o trabalho.

Mas será que este modelo serve para toda e qualquer realidade nos diversos “mundos trabalhistas?” No levantamento realizado na cidade de Rio Claro, observamos que a escolaridade e as “competências” pairam em segundo plano, na hora de se admitir um trabalhador. Parece claro que a relação não está na formação do trabalhador, mas especificamente na qualidade das vagas oferecidas. Se temos um conjunto de vagas que predominantemente absorve uma mão-de-obra com baixa formação, seria, no mínimo incoerente, dentro da lógica do capital, absorver um trabalhador altamente ou simplesmente mais qualificado

para a função, cuja expectativa estaria muito além do que a empresa estaria disposta a oferecer, e o próprio salário, muito aquém do que desejaria o trabalhador. Não há motivação que subsista em tais condições. Estamos, então, diante de uma incoerência entre discurso e prática.

Os resultados da pesquisa apontam para um mercado de trabalho regional, que dispensa alta qualificação. São atividades que incorporam uma massa de trabalhadores facilmente encontrada no exército de desempregados e que podem ser também facilmente dispensados e/ou substituídos, confirmando a análise de Harvey (1998). Isso pode ser observado pela falta de divulgação das vagas e pelo próprio processo informal de análise dos candidatos. O nível de escolaridade exigido para tais funções é baixo, e a média dos salários é a mesma para trabalhadores com alta ou baixa escolarização. Além disso, o estudo comprova a fragilidade da grande massa de trabalhadores que está disposta a aceitar as mínimas condições trabalhistas, inclusive a informalidade destas relações.

Outro dado interessante é a concepção de incapacidade que têm os trabalhadores mais velhos e menos escolarizados para o mercado de trabalho. Eles depositam em seus próprios ombros a responsabilidade pelo próprio fracasso. Nesse sentido, o investimento em formação passa a ser de responsabilidade exclusiva do sujeito, formação esta que ele vai buscar tão logo consiga um salário, provavelmente em detrimento de melhores condições de vida. Essa responsabilização pessoal preconiza, por sua vez, o maior distanciamento e isenção das políticas educacionais públicas.

A educação, a escolaridade, a qualificação, sendo divulgadas como fatores de proteção contra o desemprego, consolidam-se, assim, como valores a serem perseguidos a partir do imaginário social que se constrói pela trama de condições econômicas, sociais, políticas e históricas. E ele materializa-se na medida em que crescem substancialmente os níveis de escolaridade da população, que se de um lado constitui-se um aspecto positivo à medida que aumenta a educação geral do povo, por outro, interfere negativamente em outras questões de micro e macroestrutura social – por exemplo: pessoais (como o sentimento de fracasso), econômicas (como a queda dos níveis salariais, considerando-se a ampliação de um exército industrial de reserva cada vez mais qualificado) ou políticas (como o desmantelamento do poder sindical e o afastamento do Estado da condução de políticas públicas).

Esse imaginário social cumpre, assim, uma função ideológica e reguladora de tal sorte que os indivíduos que conquistam uma posição no mercado de trabalho formal sentem-se privilegiados, como se fosse a sobrevivência um direito de poucos e, na medida em que os próprios desempregados responsabilizam-se pelo seu fracasso, deixam de lutar por maior justiça social. Além disso, o próprio modelo econômico, grande responsável pela desequilibrada arquitetura social, vê-se fortalecido e entram na disputa pelo capital os “serviços educacionais”, formando uma rede que se expande, nem sempre acompanhada da quali-

dade que deveriam possuir – e quase nunca vinculadas ao objetivo social que deveriam cumprir.

Pelo até aqui exposto, alguns leitores eventualmente podem considerar que negligenciamos o papel da educação formal, mas não é o caso. Nossa preocupação, enquanto educadores, é justamente ajudar a redimensionar o seu papel. Quando analisamos que o nosso mercado de trabalho abre mão de um trabalhador mais escolarizado, chegamos à conclusão que é justamente a educação um dos instrumentos mais eficazes para romper com um vício de exclusão social, que tende a se instalar nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento – seja pela sua capacidade de desvelar os mecanismos ideológicos ocultos no imaginário social, seja pelo seu papel de produzir indivíduos capazes de enfrentar as adversidades impostas pelo “horror econômico”, como diria Forrester (1996). Resta saber quando os responsáveis pelas nossas políticas educacionais deixarão de atribuir maior valor à formação de mão-de-obra, para preocupar-se mais com a formação de cidadãos. Resta saber, então, quando será possível que o homem tenha supremacia sobre o “capital humano”.

Notas

1. Artigo reelaborado para publicação a partir do trabalho “Inserção Profissional e Imaginário Social”, apresentado na 27ª. Reunião Anual da ANPED.
2. Pochmann utiliza o termo desemprego aberto e Sanchis, faz uso do termo desemprego registrado.
3. 168.087 habitantes/33.530 empregos com carteira assinada (SEADE, Janeiro de 2000). Estabelecimentos de acordo com setores econômicos: Industrial – 643 empresas com 13.573 trabalhadores; comercial – 1270 empresas com 5.191 trabalhadores e Serviços – 1.090 empresas com 12.139 trabalhadores (SEADE-2002). Declarantes no CAGED: 711 estabelecimentos de um universo de 7063 (CAGED - jan/2003).
4. As vagas estavam assim distribuídas: 60% no setor de Serviços; 19% na Indústria; 17% no Comércio 3% na Construção Civil e 1% no Setor Agropecuário.
5. As carreiras foram categorizadas nos seguintes segmentos: sem qualificação – 17,2%, baixa qualificação – 41,4%, média qualificação 1 (sem escolaridade de nível médio) – 32,8%, média qualificação 2 (com escolaridade de nível médio) – 4,3% e alta qualificação – 4,3%, de acordo com os requisitos apresentados pelos próprios empregadores, no registro das 1.394 ofertas de emprego.
6. No tocante a essa questão, fizemos algumas observações que estão registradas adiante.
7. No tocante a este quesito, vale ressaltar que, quando de nossa análise do cadastro do PAT, parte significativa das exigências dos empregadores referia-se à questão da apresentação e aparência pessoal. Embora seja proibido qualquer tipo de discriminação naquele posto, os atendentes disseram que ao registrar tal exigência, muitos dos empregadores alegavam não admitir candidatos negros, de forma que, muitas vezes, o quesito registrado funcionava como um alerta para o encaminhamento apenas de candidatos brancos para os processos de seleção.

8. Inserimos a análise de “competências profissionais” nos relatórios da pesquisa, considerando o seu registro na fala de empregadores e trabalhadores”, mas, em vista do foco desse trabalho, abstinamo-nos de apresentá-la de forma extensa, tal como foi tratada naquele trabalho.
9. Não conseguimos detalhar como as competências são detectadas no momento da contratação. Aparentemente, embora os empregadores concordem com a importância de tais requisitos, estes só irão ser constatados como diferencial no dia-a-dia e não como fator para seleção do candidato à vaga.

Referências Bibliográficas

- ARO, Pekka. Empleo y formación de jóvenes. *Boletín Cinterfor*, n. 151, 2001, p.103-112.
- BANCO MUNDIAL. *Educação primária. Documento de política do Banco Mundial*. Washington D.C., 1995.
- BARROS, Ricardo Paes de.; CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues dos; FIRPO, Sérgio Pinheiro. *Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequência sobre o bem estar* – Texto para discussão. IPEA. n. 796, Rio de Janeiro, Junho/2001.
- DIAZ, Esther. *La ciência y el imaginario social*. 1ª. Ed., Buenos Aires: Biblos, 1996.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GAUTIÉ, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Revista Mana*. v. 4. n. 2. Rio de Janeiro, 1998, p. 67-83
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo : Loyola, 1998.
- MELO, Hildete Pereira. *O industrial feminino*. Texto para discussão IPEA. n. 764, Rio de Janeiro, Outubro/2000.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo: Boitempo, 2001.
- PORTUGAL, Marcelo e GARCIA, Lúcia. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. In: CARLEIAL, Líliliana. e VALLE, Rogério. (Org) *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997, p. 55-70.
- SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Tradução Martha Alkimin Vieira e Mônica Corbuci. Coleção: A escola e outras vozes. Rio de Janeiro: AGIR, 1997.
- TANGUY, Lucie. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? *Revista Educação e Sociedade*. Ano XX, n. 67, Rio de Janeiro, agosto/1999 , p. 48-69.

Maria Isabel Nogueira Tuppy é Departamento de Educação, do Instituto de Biociências, da UNESP – Campus de Rio Claro.
Endereço para correspondência:
mintuppy@rc.unesp.br

Nanci Cestaro Dias de Arruda é geógrafa e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, junto a este projeto.
nanciarruda@ig.com.br